

# Carta aberta ao Ministro do Meio Ambiente e ao Governador do estado de Mato Grosso

**Assunto: Desmatamento descontrolado em Mato Grosso - 95% é ilegal.  
# Análise e proposta de medidas emergenciais #**

Excelentíssimo Senhor  
**José Sarney Filho**  
MD Ministro do Meio Ambiente

Excelentíssimo Senhor  
**Pedro Taques**  
MD Governador do Estado de Mato Grosso

**Cuiabá, 16 de Fevereiro de 2017**

As taxas de desmatamento detectadas pelo INPE em 2015 e 2016 colocam o estado de Mato Grosso num patamar alarmante. Após uma década de redução, Mato Grosso apresentou um forte pico de crescimento do desmatamento em 2015 em relação aos anos anteriores e, em 2016, apresentou novamente índices muito preocupantes, somando 1.508 km<sup>2</sup> desmatados em floresta Amazônica. Esse desmatamento é marcado pela ilegalidade, já que, em 2016, 95% foi feito sem autorização, segundo dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema-MT).

## **Os números**

De acordo com os dados preliminares do Prodes/Inpe<sup>1</sup> **Mato Grosso desmatou 1.508 km<sup>2</sup>, entre agosto de 2015 e julho de 2016**. Exatamente o mesmo número do ano anterior (depois corrigido para 1.601 km<sup>2</sup>). Números que estão 51% acima da média dos últimos seis anos.

Alguns dados reforçam a preocupação<sup>2</sup>:

- **95% do desmatamento (1.442km<sup>2</sup>) registrado no último ano é ilegal**. Apenas 4,6% foi realizado em áreas com autorização de desmate válidas.
- Dos 1.508 km<sup>2</sup> de desmatamento, 48% foi realizado dentro de imóveis com Cadastro Ambiental Rural (CAR). Destes, 50% está em propriedades acima de 1.500 hectares.
- Aproximadamente 56% do desmatamento (790 km<sup>2</sup>) ocorreu em apenas dez municípios. Colniza continua sendo o município com maior área desmatada, concentrando 16% do desmatamento identificado no estado (225 km<sup>2</sup>).

## **Propostas**

As altas taxas verificadas, com índice de ilegalidade de 95%, indicam claramente que as ações realizadas pela Sema/MT e pelo Ibama ainda estão insuficientes para deter a ocorrência de novos desmates ilegais.

Sem o aumento significativo dos esforços para o controle e a redução drástica do desmatamento, além dos graves impactos na biodiversidade, no clima, no regime de chuvas, na

---

<sup>1</sup> Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)

<sup>2</sup> Para uma análise completa feita pelo ICV: <http://bit.ly/ICVdesmatamento2016>

produção agropecuária e na vida da população, financiamentos disponíveis de desmatamento evitado e recursos para a transformação agrícola do estado estão em risco.

O desmatamento ameaça ainda compromissos nacionais e internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção de Mudanças Climáticas das Nações Unidas (UNFCCC) e também por Mato Grosso diante da comunidade internacional e da sociedade local. Entre eles, o **“Compromisso pelo desmatamento ilegal zero”**, firmado na COP21 entre o Ministério do Meio Ambiente e o estado de Mato Grosso, **onde se comprometem a acabar com o desmatamento ilegal até 2020.**

Nesse contexto, é fundamental a efetivação das medidas então acordadas e emergencial estabelecer:

- **Um reforço drástico do comando e controle do desmatamento** com a intensificação e a realização de operações conjuntas de fiscalização especialmente nos municípios onde acontece massivamente o desmatamento; com a transparência das informações ambientais chave (como o CAR, GTA, DOF/GF, autos de infrações e embargos) para rastreamento e controle da legalidade da produção de Mato Grosso.
- **Uma estratégia de convergência na captação de recursos para o desmatamento evitado além do Fundo Amazônia.** Para isso, é fundamental reconhecer o protagonismo dos Estados no mecanismo de REDD+, já que existem, hoje, instituições interessadas em investir na redução do desmatamento – entre elas o Fundo Althelia, com potencial de investimento de R\$ 46 milhões e o KFW que pode chegar a R\$ 75 milhões.
- **Um grupo de acompanhamento do “compromisso do desmatamento ilegal zero” com a participação da sociedade civil.** Conforme consta no próprio “Compromisso pelo desmatamento ilegal zero”. O grupo deverá trabalhar na elaboração detalhada e posterior acompanhamento da implementação das medidas previstas na declaração assinada em Paris na COP21.

Membros da sociedade civil de Mato Grosso, **Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto Socioambiental (ISA), The Nature Conservancy (TNC), Environmental Defense Fund (EDF)**, consideram que a implementação dessas sugestões e recomendações são condições básicas fundamentais para a redução do desmatamento. Ao mesmo tempo se colocam à disposição do Ministério do Meio Ambiente e do Estado de Mato Grosso para contribuir com o fim do desmatamento e com a transformação que o Mato Grosso precisa e merece.